



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro para balanço do Mutirão Arco Verde Terra Legal

Centro Cultural Banco do Brasil – Brasília-DF, 12 de novembro de 2009

Se os companheiros que receberam título de terra soubessem que iam ouvir tanto discurso, eles deixavam para outro dia para receber os seus títulos.

Bem, eu... Parece muito, mas é menor que o teu, viu, Minc? Eu, sinceramente, vou tentar apenas dizer para vocês uma síntese deste ato, aqui. Aqui, nós misturamos informações importantes. Os companheiros do Inpe que vieram fazer a apresentação já deveriam estar saindo para dar uma entrevista coletiva sobre a redução do desmatamento, mas a imprensa ia ficar numa dúvida, se sai ou se fica, então, eles estão esperando aqui, porque vão ter que falar com a imprensa agora, porque foi um desmatamento... uma redução extraordinária e significativa para o Brasil, neste momento.

Mas a síntese das coisas que eu, pelo menos, ouvi e consegui interpretar aqui, é uma só, eu vou ser o mais breve possível: está provado, com o sucesso do Programa Arco Verde Terra Legal, que não é possível mais nós tentarmos resolver os problemas do Brasil aqui de Brasília dizendo que pode e que não pode acontecer as coisas em regiões tão diferenciadas e tão longínquas da capital, com tantas realidades diferentes.

Segundo, não é possível que a gente conheça apenas as palavras mudar e punir as pessoas, sem que antes a gente tivesse conversado, porque nós fazemos uma lei, quem entende de lei é advogado, a maioria das pessoas que estão na terra não conhecem a lei, e as pessoas ficam cegas diante da quantidade de artigos e incisos de uma lei, e continuam da mesma forma que antes de existir a lei, só que com uma gravidade: estão ilegais.

Não faz muito tempo – e eu comentava com a Dilma –, ainda no primeiro mandato, nós tomamos uma decisão no governo de que nós iríamos legalizar



todas as terras com menos de 500 hectares na região Norte do País. Se eu não me engano, em 2005 nós tomamos essa decisão. E eu não sei porque não andou, não andou, a verdade é essa, que não andou em 2005, não andou em 2006. Começou a andar quando nós, então, resolvemos, agora de forma mais moderna e mais sofisticada, regularizar as terras da Amazônia.

Uma decisão tomada há três anos, não teve um hectare legalizado, naquele período. E por que a gente queria legalizar? Porque a gente queria que as pessoas que tivessem muita terra e que se autointitulassem donos da terra e ficassem expulsando posseiros, a gente queria dar o título para o posseiro, para que ele fosse legalizado, em primeiro lugar, e o grande é que fosse para a Justiça, não é isso, Tereza? Mas não andou. E, agora, me parece que, embora tenham 19 mil famílias e 8 mil que se cadastraram, significa que está mais próximo agora de nós chegarmos ao 100%.

Qual é a lógica? Faz um ano que eu estou pedindo essa audiência com os prefeitos. Um ano! Se cada agenda que a gente marcar demorar um ano, eu só faço quatro agendas por ano [mandato]. E as coisas demoram por “N” razões. Mas nós estávamos convencidos, já há algum tempo, o governo inteiro, de que ou nós chamávamos os governadores de estados, chamávamos os prefeitos e estabeleceríamos com eles um pacto em que os prefeitos se sentissem prestigiados, que os vereadores se sentissem motivados, que a cidade se sentisse respeitada, ou iria continuar acontecendo o desmatamento de qualquer jeito. Porque quando a gente oferece a oportunidade de que as pessoas vão ter outros ganhos fazendo a coisa de forma mais ordenada, de forma mais justa, e que isso pode significar um ganho para o Brasil, as pessoas se convencem e fazem.

Porque, também, nenhum prefeito tem interesse que chegue um cidadão de São Paulo, ou do sul de Minas Gerais, compre, lá, 4, 5 mil hectares, contrate quatro ou cinco jagunços, mande tocar fogo e não plante nada. O que ganha um prefeito? Nada, absolutamente nada. Não se paga ITR, não se paga



nenhum imposto e não se planta nada. E, às vezes, quando coloca gado, coloca uma pessoa para tomar conta e o frigorífico é em outro lugar, não ganha nem ICMS, nem ISS, não ganha nada.

Ao passo que nós estamos tentando construir, junto com vocês, um jeito de todo mundo ganhar um pouco. Ganhar um pouco o companheiro que tem a sua propriedade de terra, ganhar um pouco o prefeito, que é punido se não cuidar direito, ele tem que ser, eu diria, beneficiado pelo fato de ele cuidar direito, de ele ser o primeiro ente federado a dizer para o cara: “Olha, aqui não vai ter projeto de desmatamento e vocês não vão aqui, de forma aleatória, fazer nada. Isso aqui tem que discutir com a prefeitura corretamente, nós temos que saber o que vai plantar, o que vai fazer, para as coisas poderem acontecer”. É muito mais fácil, mas ele tem que ter um ganho, e ele tem que ofertar um ganho.

Imaginem um prefeito de uma cidade bem longínqua, chega um cidadão lá e fala: “Olha, vai vir aqui um fazendeiro do Sul que é porreta, vai pegar 10 mil hectares e vai plantar não sei das quantas, vai gerar não sei quantos empregos”. É tudo o que o prefeito quer: emprego. Tudo o que ele quer é resolver o problema do emprego na sua cidade. E isso aconteceu junto com milhares de hectares de terra, que nunca teve o resultado que a gente queria.

O que a gente está dizendo? “Olha, companheiros, se a gente trabalhar juntos, governo federal, governo estadual e os prefeitos, e a gente estabelecer uma normatização para que a gente, não atrapalhando ninguém a desenvolver a sua cidade, mas de forma muito ordenada, a gente começar a discutir o que é possível fazer e o que pode ser feito e, por conta disso, o prefeito ter um ganho que tem que ser pago pelo governo federal...”.

O pessoal fala: “Ah, a água de Nova Iorque é maravilhosamente limpa”. Mas todas as pessoas que moram a 200 quilômetros de Nova Iorque, ou a 300, onde tem nascente d’água, recebem dinheiro para não fazer as coisas onde tem a nascente de água e onde tem o corretozinho. Ou seja, é o preço, é o



preço que os ecologistas do Tijuca, lá da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, ou da Avenida Paulista, em São Paulo, têm que pagar para que a cidade do interior, que tem terra, possam ficar sem desmatar. Porque esse é o equilíbrio, esse é o equilíbrio. Porque senão fica o outro, tomando chope de boa qualidade, falando mal da vida dos outros, das sete às 10 da noite, tomando tudo lá, chega em casa, tem energia elétrica à vontade, chuveiro à vontade, piscina esquentada a gás, e ele fala: “Não pode cortar na Amazônia”. E lá tem um outro “desgraçado”, que já pegou oito malárias, ele fala: “Pô, peraí, eu também sou filho de Deus”.

Então, o pagamento do governo federal, através dos seus ministérios, é esse equilíbrio. Ou seja, vai beneficiar todo mundo, vai. Então, se os lugares do interior ainda podem manter essa preservação ou podem até fazer uma política de reflorestamento ou de florestamento, recuperar olhos d’água, recuperar nascentes, córregos, nós temos que pagar por isso. Isso tem que estar no orçamento da União como despesa. Isso tem que ser visto como um investimento, porque se a gente for elaborar o orçamento no Congresso Nacional e isso estiver lá, a imprensa vai dizer que “é gasto, é desnecessário”. Eu acho que hoje não é mais desnecessário, gente.

Hoje, nós temos consciência de que a questão do clima é a questão mais séria que nós estamos enfrentando, porque nós não controlamos as intempéries. Eu já disse várias vezes: Freud dizia que tinha algumas coisas que a humanidade não controlaria. Uma delas eram as intempéries. Dá um terremoto, o Japão faz casa de borracha, faz casa daquilo, faz casa de papel. Aqui, no Brasil, faz piscinão, piscininha, faz tudo isso. A gente não sabe o tamanho do vento, o tamanho da chuva, a gente não sabe... Quando vem, tudo o que a gente bolou, escafedeu-se.

Então, essa questão do clima é delicada por quê? Porque o mundo é redondo. Se o mundo fosse quadrado ou retangular e a gente soubesse que o nosso território está a 14 mil quilômetros de distancia dos centros mais



poluidores, ótimo, vai ficar só lá. Mas como o mundo gira e a gente também passa lá embaixo onde está mais poluído, a responsabilidade é nossa. E o Blairo Maggi sabe perfeitamente bem a vantagem comparativa dos nossos produtos agrícolas. Quanto melhor for a imagem do Brasil, melhor valor terão os nossos produtos agrícolas. Porque do jeito que o mundo vai, daqui a pouco eles vão dizer: “Olha, não vamos comprar soja do Brasil porque lá tem desmatamento. Ou não vamos comprar ‘não sei o que’ do Brasil, porque lá tem desmatamento. Não vamos comprar gado do Brasil, a carne, porque lá está ocupando a Amazônia”. Ou seja, isso é o pior que pode acontecer neste país.

Então eu queria fazer essa reunião com vocês para dizer o seguinte, companheiros prefeitos: primeiro, o governo federal tem que assumir a responsabilidade e que vocês não são adversários, inimigos ou bandidos, que vocês não querem desmatar, mas que vocês têm obrigação de cuidar da cidade de vocês. E se nós quisermos colocar o componente preservação ambiental e manutenção da nossa floresta em pé, nós temos que criar instrumentos para que a floresta em pé seja tão ou mais rentável do que ela cortada para gerar CO². Não é isso? Esse é o desafio.

Eu, sinceramente, depois do filme mostrado aí, não precisava mais nada. O filme diz muita coisa. Agora, o que é importante, companheiro Minc, companheiro Guilherme Cassel, governadores, é que nós começamos por 43 cidades. Mas nós precisamos, agora, ir espraiando o nosso potencial para que a gente possa atingir todas as cidades até que os prefeitos do Brasil inteiro sejam parceiros e que quando a gente não for lá, o prefeito é que pega o telefone, cobrando da gente, nós chamando de incompetentes, porque ele quer preservar e que o governo federal não está lá, que o Meio Ambiente não está lá, que o Guilherme Cassel não está lá. Nós precisamos criar essas condições. Por isso, eu acho que essa síntese dessa parceria é extremamente importante, é quase uma coisa sagrada. Se não for assim, não vai dar certo. Se o governo federal ficar daqui, de Brasília, através do seu ministério, achando que o



governo de tal cidade é um bandido, porque deixou desmatar, ou se o prefeito ficar de lá, achando que o governo não vale nada, porque o governo não ajuda lá, a gente está nos piores dos mundos.

Isso aqui que nós estamos fazendo é a confirmação de uma pactuação entre os entes federados brasileiros, prefeitos. E também se o governador não estiver convencido, não acontece, não acontece. Ou seja, então é preciso que haja governo federal, com muita humildade, sem prepotência, sem arrogância, conversando com governadores; que, sem prepotência e que sem arrogância, conversem com prefeitos; e prefeitos que, com muita humildade, vão ter que conversar com o seu povo para a gente fazer as coisas certas. A síntese é isso que nós queremos aqui. Não precisaria ter tanto discurso, mas já que teve, eu quero agradecer a vocês pela paciência de nos ouvir tanto. Não sabia que esse Programa Arco Verde Terra Legal ia me custar tanto discurso em um único dia.

De qualquer forma, eu espero que a nossa gloriosa imprensa tenha registrado um pouquinho de cada coisa que foi falada e que tenha, pelo amor de Deus, a competência de fazer a síntese que eu fiz para que saia no jornal da noite.

Muito obrigado, gente, e boa sorte.

(\$211A)